

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**

ANO 02 - Nº 13 - ABRIL 2017



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

**GOLPE CONTRA O ESTADO
INTERNACIONAL
POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA
SOCIAL
ECONOMIA
TERRITORIAL
COMUNICAÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS**

APRESENTAÇÃO

A edição de abril do Boletim de Análise da Conjuntura da Fundação Perseu Abramo (FPA) abre, na seção **Golpe contra o Estado**, com uma análise dos impactos econômicos da Operação Lava Jato sobre o país. Em sua fúria política que buscava destruir o PT e o ex-presidente Lula e derrubar o governo da presidenta Dilma, seus efeitos sobre a economia são trágicos e a suposta “limpeza” do ambiente político é farsesca.

Em **Internacional**, apresenta-se um balanço da situação dos organismos multilaterais regionais e a política do governo golpista brasileiro. Nas últimas semanas, houve várias tentativas da direita latino-americana de colocar novamente a Organização dos Estados Americanos (OEA) sob seu controle e a serviço de políticas reacionárias e subservientes aos interesses do governo estadunidense de Donald Trump. O artigo também aborda a recente greve geral e as lutas sindicais que se desenvolvem na Argentina como parte do enfrentamento de amplos setores contra as políticas do governo neoliberal de Mauricio Macri.

A seguir, em **Política e Opinião Pública**, o impacto das delações da Lava Jato e da lista de investigados elaborada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin é o foco. Também são analisados os desdobramentos da agenda política do golpe, as reformas previdenciária e trabalhista, além da baixa aprovação do governo golpista e os preparativos para greve geral no dia 28 de abril.

No tema **Social**, mostra-se que o aprofundamento da crise do mercado de trabalho é utilizado pelo discurso do governo e da mídia para impulsionar reformas que retiram direitos sociais. Os trabalhadores estão perdendo direitos com a pretensa perspectiva de que isso venha a estimular o investimento e, assim, a geração de empregos.

Na seção de **Economia**, publicamos que o governo manipulou dados para tentar mostrar que a crise econômica teria chegado ao fim. Mas o quadro continua preocupante, e, na melhor das hipóteses, a economia parou de cair, mas sem sinais de ter ativado motores de recuperação.

Na seção **Territorial** se mostra a deterioração recente do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enquanto no período de 2000 a 2014 houve uma tendência ao crescimento contínuo. Esta tendência se alicerçava em um modelo de desenvolvimento que visava melhorar as condições de vida da população. Já as quedas recentes do indicador serão aprofundadas caso se complete o cardápio de reformas neoliberais do governo golpista.

Em **Comunicação**, a repercussão no Twitter da divulgação da lista de Fachin, nas primeiras 24 horas, é o centro da análise, bem como o tratamento da imprensa internacional a este tema. A seção traz também uma comparação com o conjunto de usuários do Twitter que se manifestaram em relação à Reforma da Previdência no mesmo período. Outro ponto abordado é que o governo Temer anunciou liberação de verba publicitária para os veículos que apoiarem a Reforma, fato que, apesar de escandaloso, foi ignorado pelos editoriais da grande imprensa e ficou fora das manchetes.

Por último, o Boletim traz um capítulo dedicado a **Movimentos Sociais**. Com a convocatória da greve geral de 28 de abril, o movimento sindical retoma essa ferramenta de luta social e política que teve grande importância no ciclo da democratização. O texto faz uma recuperação conceitual e histórica da greve geral e situa a convocatória de abril nessa perspectiva.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Esta seção trata da capa bacharelesca e midiática do justicamento moralista sob a qual se desenvolve a Operação Lava Jato: uma tragédia e uma farsa, simultaneamente. Seu fim último sempre foi criminalizar a esquerda em geral, o PT em particular e Lula em especial. Para isso, tem lançado mão de todos os meios, mas seus efeitos sobre a economia são trágicos e sua suposta “limpeza” do ambiente político é farsesca.

A INEFICIÊNCIA ECONÔMICA DA OPERAÇÃO LAVA JATO

Passados três anos do início da Operação, de acordo com as estimativas do Ministério Público e da Polícia Federal, apenas a Petrobras perdeu cerca de R\$ 6,2 bilhões em pagamentos de propinas e outros R\$ 42 bilhões foram desviados em formação de cartel, superfaturamento em obras e fraudes em licitações.

Os valores são vultuosos e explicitam os problemas estruturais da relação entre o setor público e a iniciativa privada no país. Não se trata de um problema recente, o capitalismo brasileiro se formou tardiamente, com o capital estatal absorvendo riscos em setores que exigiam mais densidade tecnológica e de financiamento e geravam demandas e retornos para o capital privado nacional, ambos amalgamados pela presença do capital privado internacional.

A sobreposição dos interesses privados sobre os públicos é uma das características nefastas da economia de mercado, mas, no caso do Brasil – país cuja elite transitou do mundo do colonialismo para

o universo da indústria cultural sem Iluminismo e valores modernos interligando uma ponta e outra –, o privado se reduz ao familiar e o público se resume ao estatal. Daí a profusão de problemas oriundos da lógica dos favores, compadrios, clientelismos, fisiologismos e toda sorte de patologias de uma cultura política com déficit de republicanismo, tanto entre a classe política quanto entre a elite econômica, que também perpassa as relações do nosso tecido social tão permeável pelos pequenos delitos do cotidiano. Tal problema precisa ser enfrentado, entretanto, não é lícito associar imediatamente a defesa da Operação Lava Jato à defesa do combate à corrupção no Brasil. Vejamos.

Prejuízos econômicos

A força tarefa da Operação Lava Jato tem promovido o desmonte de importantes setores da economia nacional, tais como a indústria petrolífera,

a construção civil, a metal-mecânica, a indústria naval, a engenharia pesada, além do programa nuclear brasileiro. O resultado é uma baixa de cerca de R\$ 142 bilhões nesses setores.

Ou seja: a Lava Jato já produziu três vezes mais prejuízos econômicos do que aquilo que ela avalia ter sido desviado com corrupção. Estima-se que, em 2015 e 2016, tenha sido responsável por um impacto negativo de 2,5% do PIB em cada ano. Mais ainda: em 2015, a força tarefa provocou a redução do equivalente a 2% do PIB em investimentos da Petrobras e a diminuição do equivalente a 2,8% do PIB em investimentos das construtoras e empreiteiras. Em 2016, calcula-se que a Operação tenha sido responsável pelo encolhimento de 5% dos investimentos em formação bruta de capital fixo no país.

Além disso, a perda acumulada com a queda na arrecadação de impostos para União, estados e municípios pode ultrapassar a cifra dos R\$ 10 bilhões em 2017. Evidentemente, tais números também são reflexo da crise econômica, mas não é possível compreender a recessão brasileira sem levar em consideração como a Lava Jato funciona apenas lançando mais gasolina em um incêndio de proporções significativas.

Prejuízos sociais

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a Lava Jato é responsável pela perda, direta ou indireta, de cerca de 3,5 milhões de postos de trabalho em 2015 e 2016.

A construção civil experimentou queda de 441 mil empregos entre 2015 e 2016, a construção pesada de 293 mil empregos entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017, o setor naval de 44 mil empregos entre 2014 e 2016, a indústria extrativa e mineral de 38 mil empregos; apenas na Petrobras o número de trabalhadores próprios caiu de 86 mil para 68 mil, e o número de trabalhadores terceirizados diminuiu de 360 mil para 120 mil, entre 2013 e 2016. Talvez não seja exagero supor que cerca de um quarto do desemprego no Brasil tenha relação direta ou indireta com os impactos da Operação Lava Jato.

Entre 2014 e 2016, a Odebrecht demitiu cerca de

160 mil trabalhadores, a Andrade Gutierrez demitiu 85 mil, a Camargo Correa 25 mil, a Queiroz Galvão 13 mil e a UTC 14 mil, apenas para mencionar algumas empresas mais diretamente envolvidas no caso. Não se trata aqui de temporizar ou minimizar a responsabilidade de um empresariado caracterizado por práticas de mercado conhecidas como predatórias, mas é curioso observar como enquanto as empresas desmontam, seus proprietários seguem desfrutando de prisão domiciliar e de patrimônios vultosos.

Ineficiência na recuperação dos valores

Apesar de estimar um prejuízo de cerca de R\$ 6,2 bilhões apenas na Petrobras, a Lava Jato até agora só conseguiu efetivamente devolver R\$ 662 milhões para a empresa, pouco mais de 10% de todo o valor desviado. O baixo desempenho deve-se às dificuldades econômicas e jurídicas intrínsecas a esse tipo de processo e ao fato de que parte dos recursos desviados segue empatada sob forma de imóveis e outros patrimônios. Mas há por trás disso também um outro fator pouco problematizado no debate público: cada delação premiada inclui uma chamada cláusula de performance, ou cláusula de sucesso, que consiste em uma negociação onde o delator recebe uma porcentagem do dinheiro que a delação ajudou a encontrar. O caso de Alberto Youssef é emblemático e ele receberá 2% de todo o dinheiro que ajudará a recuperar. Até agora o delator deve embolsar algo em torno de R\$ 20 milhões até o final da ação.

Considerando o número de delações premiadas e a ausência de clareza na negociação das cláusulas de performance - são 77 ex-executivos apenas da Odebrecht - não seria surpreendente se a maior parte do dinheiro encontrado fosse devolvida aos delatores por meio desse expediente que, apesar de legal, é explicitamente antiético.

Mais ainda, em média cada fase da Operação custa cerca de R\$ 156 mil aos cofres públicos. Até março de 2017 foram deflagradas 38 fases, totalizando cerca de R\$ 5,9 milhões, ou seja: é absolutamente factível que a quantia de dinheiro devolvidas a cada delator seja maior do que o custo de cada fase da

Operação, daí sua flagrante ineficiência econômica, pois trata-se de utilizar recursos públicos para devolver dinheiro a corruptos e corruptores.

Conclusão

Há na nossa trajetória histórica uma articulação espúria entre Estado e mercado, contemporaneamente visível na ligação entre a licitação de grandes obras e o financiamento de engrenagens políticas. A iniciativa privada paga suas benesses, propinas e afins com recursos públicos; os potentados eleitorais negociam seus interesses pessoais oferecendo como moeda de troca as empresas estatais.

No capitalismo cleptocrata brasileiro, de altíssimos retornos com baixíssimos riscos, nem a iniciativa privada tem suficiente iniciativa nem o poder público é de fato público. Fica o dilema: é possível acabar com a corrupção sem inviabilizar o crescimento econômi-

co? Ou, por outra, é possível retomar o crescimento econômico sem reiterar a corrupção? Enquanto não houver uma reforma política e uma reforma fiscal capazes de ajustar a relação entre os interesses privados e os interesses públicos no Brasil seguiremos caminhando pelo submundo das delações premiadas e dos acordos de leniência, com a judicialização da política e a policialização da economia.

O combate à corrupção é mais do que necessário nessas plagas, mas, para além da constatação óbvia, reiterada à exaustão e de maneira quase entediante, sobre a mistura entre o público e o privado no Brasil, o campo progressista precisa se ocupar de debater regulamentações e normas para *public affairs*, *advocacy* e *lobbying* no país. Nesse sentido, a Operação Lava Jato está longe de ser a panaceia que resolverá nossos problemas, dada sua ineficiência econômica, sua parcialidade política e seu caráter antinacional e antipopular.

Para ver mais, consultar:

1. Os dados mencionados no artigo sistematizam informações de relatórios da Consultoria Tendências, da Consultoria GO Associados, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Valor Data.

INTERNACIONAL

Nesta seção, será analisada a greve geral que parou a Argentina em 6 de abril passado, com 90% de adesão dos trabalhadores. Também serão abordadas as tentativas da direita latino-americana de colocar novamente a Organização dos Estados Americanos (OEA) sob seu controle e a serviço de políticas reacionárias e subservientes aos interesses de Donald Trump. O tema em foco é a crise política venezuelana e os países que estão na linha de frente para tentar suspender ou expulsar a Venezuela da OEA: Brasil, Argentina, Paraguai, Panamá e Honduras.

GREVE GERAL NA ARGENTINA

Em 6 de abril passado, 90% dos trabalhadores argentinos cruzaram seus braços em protesto contra as medidas neoliberais do governo Macri e a ausência de medidas para incrementar o emprego e o desenvolvimento, além da política de austeridade. O irônico foi a greve acontecer justamente no dia em que Macri abria uma reunião regional do Fórum Econômico Mundial, espaço onde as políticas que ele defende costumam ser formuladas.

Três dias depois, os professores representados pela Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) tentaram instalar uma tenda em uma praça no centro de Buenos Aires, onde pretendiam dar aulas à população interessada sobre a crise econômica pela qual passa o país, mas isso não foi possível devido à forte repressão policial. O próximo passo a ser dado pelos professores argentinos é a realização no mês de maio de uma “Marcha Educativa Nacional sobre Buenos Aires” que confluirá participantes de todas as províncias até a capital do país. O objetivo é discutir os

problemas da categoria e a negativa do presidente de dar a devida atenção à educação, que, no caso argentino, desde o início do século 20, foi uma das mais avançadas da América Latina.

Ameaça golpista às organizações regionais

Temos assistido, ao longo das últimas semanas, às tentativas da direita latino-americana de colocar novamente a Organização dos Estados Americanos (OEA) sob seu controle e a serviço de suas políticas reacionárias e subservientes aos interesses do governo estadunidense de Donald Trump.

O tema em questão é a crise política venezuelana e os países que estão na linha de frente para tentar suspender ou expulsar a Venezuela da OEA: Brasil, Argentina, Paraguai, Panamá e Honduras. Buscam justificativas para aplicar a Cláusula Democrática da instituição e assim abrir caminho para intervenções de todas as espécies desde o exterior. Para levarem tal intento adiante, contam com manobras regi-

mentais e o apoio engajado do secretário-geral da OEA, o uruguaio Luis Almagro.

Formalmente, tal decisão somente pode ser tomada pela maioria absoluta do Conselho Permanente do órgão, que é composto por um representante de cada um dos 34¹ países-membros. Quem decide colocar ou não o tema em discussão é o presidente do Conselho, cujo cargo é rotativo e muda a cada três meses. No início de abril, a presidência foi assumida pela Bolívia, que retirou o tema da pauta, mas, mesmo assim um grupo de países se reuniu e decidiu dar um ultimato ao governo venezuelano para em trinta dias convocar eleições gerais.

Ninguém sabe o que leva o secretário-geral, Luis Almagro, a sustentar seus posicionamentos atuais. Antes de ser eleito para o cargo, ele foi um bem-sucedido ministro de Relações Exteriores do presidente Pepe Mujica, além de ambos pertencerem à mesma corrente política² no interior da Frente Ampla, o partido que governa o Uruguai desde o primeiro governo de Tabaré Vasquez. Inicialmente, sua eleição como candidato único para a OEA, além do fim da suspensão de Cuba como membro da instituição, devido à sua origem, contribuiu para amenizar a imagem da OEA como um instrumento da Guerra Fria a serviço dos EUA. Porém, Almagro, sob o repúdio de Mujica, decidiu alinhar-se à direita, em troca de alguma coisa que a história talvez revele um dia o que era ou quanto era.

Seu movimento mais recente foi vir ao Brasil para negociar com os golpistas que acertem suas contribuições em débito com a OEA. Ele conseguiu a promessa de um pagamento de US\$ 18 milhões e de apoio à tese de convocação urgente de eleições gerais na Venezuela, mas teve de se comprometer com a escolha de Flávia Piovezan para a Comissão

Interamericana de Direitos Humanos. Ela é uma militante conhecida da área de Direitos Humanos no Brasil que, assim como Almagro, resolveu mudar-se para as fileiras da direita golpista para fortalecer sua carreira. O duro é ouvir Temer e Aloysio Nunes, depois do que fizeram ao Brasil, chamar alguém de autoritário e defender eleições gerais.

Aliás, o empenho dos golpistas hoje é desmontar várias conquistas da Política Externa Brasileira (PEB) de Lula e Dilma. No caso dela, estão destruindo discretamente o Programa Mais Médicos e já anunciaram o fim do Ciência sem Fronteiras. No caso da PEB de Lula, além de prestigiar a OEA, estão com a política de esvaziar a Unasul e a Celac. Esta última realizou sua V Cúpula em janeiro deste ano na República Dominicana e duas ausências sentidas foram a Argentina e o Brasil, cujos chefes de Estado e ninguém de maior relevância compareceu.

No caso da Unasul, o descaso se dá pela ausência das comissões e dos grupos de trabalho, além de se sentirem, seguramente, incomodados pelo fato de o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, ser também o presidente pro-tempore da Unasul, enquanto o colombiano Ernesto Samper, que tem se empenhado na construção de acordos para solucionar soberanamente a crise venezuelana, prosseguir como secretário-geral até 2018.

O que os golpistas brasileiros estão fazendo, com a cumplicidade do governo Macri, é retornar aos anos 1980 do século passado, limitando as relações internacionais no continente ao comércio com alguns países e no mundo ao “puxa-saquismo” de alguns dirigentes de países centrais e industrializados para ver se concedem algo. Ao que parece, não vão fazer.

Para ver mais, consultar:

1. Apesar de convidada a voltar para a OEA, Cuba não fez movimentos neste sentido.
2. A corrente chama-se MPP, ex-tupamaros.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Nesta edição, a seção abordará o impacto das delações da Operação Lava Jato e da lista de investigados elaborada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin. Também analisará os desdobramentos da agenda política do golpe, que inclui as reformas da Previdência e Trabalhista, além da baixa aprovação do governo golpista, e ainda os preparativos para a greve geral que ocorrerá no dia 28 de abril.

A lista de investigados da Operação Lava Jato

Nas últimas semanas o Brasil foi surpreendido pela lista do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, que autoriza a investigação de 98 políticos mencionados na Operação Lava Jato, composta por citados nas delações de executivos da empreiteira Odebrecht. Ela contém um terço do atual gabinete ministerial do governo de Michel Temer (oito dos atuais 28 ministros), 24 senadores, 39 dos 513 deputados. A lista atinge políticos de dezessete partidos políticos do Brasil, sendo catorze da base de apoio ao governo (como PMDB, PSDB, PP e DEM) e três de oposição ao Planalto (PT, PCdoB e PDT).

A relação também compromete a linha sucessória com acusações aos presidentes do Senado Eunício Oliveira (PMDB -CE) e da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), além de doze governadores de Estados. Serão também investigados em outra instância, na primeira vara da Justiça, três ex-presidentes que não possuem mais foro privilegiado: Fernando

Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Também estão na lista os ex-presidentes Fernando Collor de Mello (PTC-AL) e José Sarney (PMDB-AP).

O atual presidente, Michel Temer, também foi citado por, pelo menos, dois delatores, que detalharam a participação dele em reuniões sobre doações ilegais da Odebrecht ao PMDB, além da influência direta do partido na indicação de diretores da Petrobras. Apesar das citações, ele não será sequer investigado pela Procuradoria-Geral da República, responsável pela acusação, por possuir “imunidade temporária” e os fatos terem sido praticados antes do exercício de seu mandato presidencial. O PSOL entrou com pedido junto ao Supremo Tribunal Federal e pediu a reconsideração da decisão.

Para o relator anterior, Teori Zavaski, morto em janeiro em um acidente aéreo ainda inexplicado, os presidentes poderiam ser investigados para “formar ou preservar a base probatória para uma even-

tual e futura demanda”.

Entre os investigados, os mais citados são o senador José Serra (PSDB-SP) e o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho (PSDB-SP), ambos sete vezes. Os investigados com maior número de inquéritos são os presidentes do PMDB, senador Romero Jucá (RR), e do PSDB, senador Aécio Neves (MG), ambos com cinco cada. Em seguida, está o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), com quatro.

As delações atribuem a políticos a cobrança de propinas em troca da aprovação de contratos para prestação de serviços da Odebrecht em diversas obras do governo e falam em repasses que envolvem milhões de reais.

No entanto, somente uma ação independente do Judiciário, livre de interesses internos e externos ao processo poderia revelar os labirintos de um sistema político corrupto, que há décadas se instalou nas relações político-empresariais e instituições públicas. Nas investigações da Lava Jato essa isenção é comprometida, haja vista o vazamento seletivo da audiência de Marcelo Odebrecht, na segunda-feira, 10 de abril, transmitida em tempo real pelo site O Antagonista.

Além de Lula, a lista envolve também três nomes cotados pelo PSDB para a disputa presidencial em 2018: Aécio, Serra e Alckmin. O PMDB e o PSDB, que em um primeiro momento se uniram para derubar o PT, tão logo obtiveram êxito, mostraram ser os partidos mais envolvidos em corrupção.

O desmonte do sistema político e a repercussão causada pelas denúncias da Odebrecht incentivam a descrença e desmoralização da política, já evidenciadas nos altos índices de abstenção nas últimas eleições e na baixa credibilidade em partidos políticos, medidas por diversas pesquisas de opinião pública. Esse cenário pode atrair e beneficiar novos personagens ainda pouco relacionados aos tradicionais partidos políticos, como atores que vêm de outras esferas sociais e de fora da política, com o mesmo discurso que elegeu, por exemplo, o prefeito de São Paulo João Dória (PSDB) em primeiro turno nas eleições de 2016.

No entanto, as candidaturas para disputa eleitoral

no Brasil passarão necessariamente pela vinculação a um partido político, já que a disputa não é possível por outra via. Há que se atentar para quais partidos estarão dispostos a abrigar essas candidaturas e a que preço. Que setores sociais, políticos e econômicos estarão representados por essas possíveis candidaturas? Qual o peso de organizações midiáticas e jurídicas na definição de possíveis novas candidaturas? Esse cenário lança uma cortina de fumaça nos prognósticos para a eleição de 2018 e abre precedentes perigosos para questionamentos à validade da manutenção do pleito eleitoral em ambiente tão corrompido, sem regras claras de atuação dos três poderes como auto-reguladores e com atribuição exacerbada à esfera da Justiça.

O discurso apolítico e anti-partidos é um risco à democracia. Os partidos representam parcelas da sociedade que reivindicam sua representação no cenário político e são, portanto, parte indispensável da democracia. Um discurso de criminalização dos partidos e da própria atividade política abre espaço para a via autoritária.

A agenda do golpe no Congresso Nacional

Enfraquecido pelas delações e pela sua impopularidade, Temer tentará aprovar a agenda do golpe com manobras políticas e flexibilização das reformas. O momento delicado para os golpistas abre espaço para a pressão de setores insatisfeitos dentro da base aliada, indispostos a arcar com o custo político gerado por essa agenda impopular. Isso favorece os setores populares, que farão a resistência contra a retirada de direitos e contra o golpe.

Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência, por exemplo, sofrerá alterações para tentar facilitar sua aprovação no Congresso Nacional. No dia 16 de abril, Temer chegou a se reunir com ministros e lideranças parlamentares para discuti-la. A proposta está na Câmara dos Deputados, e o relatório feito por Arthur Maia (PPS-BA) deve ser apresentado no dia 18 na Comissão Especial que a analisa.

Entre as principais alterações que devem aparecer no relatório de Maia em relação à proposta inicial estão a regra de transição, o tempo mínimo para

ter direito à aposentadoria integral, mudanças na pensão por morte, preservação de algumas regras do Benefício de Prestação Continuada, além da criação de regimes especiais para professores, policiais e trabalhadores rurais. Com tais mudanças, as regras de transição serão alteradas para amenizar o efeito sob trabalhadores que já estão na ativa, e a idade mínima para recebimento do teto da aposentadoria passaria para os 40 anos, por exemplo.

A flexibilização de temas polêmicos que anteriormente eram considerados “inegociáveis” por Temer e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-SP), tem como objetivo diminuir o custo político da aprovação para os que votarem em seu favor.

Reforma trabalhista

A Reforma Trabalhista pretende desmontar a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e trazer juntamente à Reforma da Previdência impactos severos sobre o mercado de trabalho, como trata a seção de Política Social deste Boletim.

No relatório, o relator Rogério Marinho (PSDB-RN) elenca diversos pontos, como a possibilidade de o negociado prevalecer sobre o legislado. Com isso, abre-se a possibilidade para que acordos entre patrões e trabalhadores tenham mais força que a CLT. Outros pontos do relatório que enfraquecem os direitos trabalhistas são a regulamentação do trabalho intermitente e a liberação explícita da terceirização para atividade-fim.

O relatório também recomenda o fim do Imposto Sindical. A proposta é uma bandeira histórica defendida pela Central Única dos Trabalhadores, porém, tem seu conteúdo subvertido pelo relator. A CUT defende, em contraposição à contribuição compulsória a todos os trabalhadores, uma contribuição assistencial por parte dos não-sindicalizados, ao passo que estes são beneficiados pelas convenções coletivas mesmo que não contribuam para a sua respectiva entidade sindical. Segundo a posição histórica da CUT, tal Contribuição Negocial/Assistencial deveria ser aprovada em assembleia pelos próprios trabalhadores. No entanto, uma recente decisão do STF contra essa cobrança, relatada pelo ministro Gilmar Mendes, faz com que a proposta tenha como único objetivo inviabilizar as fontes de financiamento das entidades sindicais. Não obstante,

o relatório prevê uma série de regras que diminuem prerrogativas para que o trabalhador possa entrar com ações na Justiça do Trabalho.

O golpe pretende, portanto, enfraquecer os sindicatos, retirar os direitos trabalhistas e limitar o acesso à Justiça do Trabalho, aniquilando a rede de proteção do trabalhador brasileiro.

A baixa aprovação do governo Temer

A pesquisa Vox Populi, divulgada na *Carta Capital*, dia 12 de abril, traz apenas 5% de avaliação positiva para Temer. Essa taxa de satisfação é inferior à de Dilma nos dias que antecederam ao pedido de impeachment. Pesquisa do Ibope, publicada pelo *Estadão* no dia 17, confirmam a aprovação inferior a um dígito. Segundo esse levantamento, Temer possui apenas 9% de avaliação positiva, a mesma do governo Dilma, apontada pelo Instituto em dezembro de 2015, quando foi aberto o pedido de processo de impeachment na Câmara por Eduardo Cunha.

À época, o então vice-presidente Michel Temer questionou que seria difícil para ela manter-se no cargo por mais três anos devido à sua popularidade, já anunciando a profecia do golpe. Hoje, lida com os escândalos de corrupção que se instalam no núcleo de seu governo, o estremecimento de sua base aliada e falta de apoio da população a uma agenda governista antipopular. Discordam da medida que congela os gastos públicos 83% da população; 93% são contra o aumento da idade de aposentadoria; 80% discordam da medida de terceirização na Reforma Trabalhista, que é considerada um retrocesso para 68% da população; 66% não creem que esta trará aumento de empregos e mais da metade (52%) acha que a lei de terceirização vai contratar pessoas como PJ. Para a maioria da população (78%) a corrupção ficará igual ou vai aumentar e, perante esse nível de insatisfação, muito pouco divulgada pelos órgãos da grande mídia, a permanência de Temer parece impossível.

Pesquisa Vox Populi encomendada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e realizada entre os dias 6 e 10 de abril, antes da divulgação das listas de delações da Odebrecht, traz o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como líder incontes-

tável na intenção de voto da população brasileira. Na intenção de voto espontânea, Lula subiu de 31% em dezembro para 36%. João Doria aparece com 6%, Aécio com 3%, Marina com 2%, Fernando Henrique Cardoso e Alckmin, com 1%. Quase um terço (29%) não sabe ou não respondeu.

Em todos os cenários estimulados para o primeiro turno da eleição presidencial de 2018, Lula teria entre 44%, quando enfrenta Aécio Neves ou Alckmin pelo PSDB, e 45% das intenções de voto, quando em disputa com João Dória, pela primeira vez testado, que obtém apenas 5% das intenções de voto, ficando em 4º lugar, empatado com Ciro Gomes (PDT). Marina Silva (Rede) e Jair Bolsonaro (PSC) estão empatados em segundo lugar com 11%.

Em eventual segundo turno contra Aécio, Lula teria 50% dos votos, contra 17% do tucano. Contra Alckmin, Lula fica com 51% dos votos, diante de 17% de Alckmin. E em relação a Marina Silva (Rede) o petista teria 49%, contra 19% .

A pesquisa da Vox também levantou algumas características da imagem do ex-presidente. Para

66% da população Lula é trabalhador, 64% o consideram um líder e bom político e é honesto para 32% dos entrevistados. A maior parcela do eleitorado (57%) acredita que Lula tem mais qualidades do que defeitos.

No dia 3 de maio, Lula deve se apresentar para depoimento na primeira instância em Curitiba. Está sendo convocada uma caravana para assistir ao depoimento em apoio a Lula, em detrimento às denúncias vazias, em delações sem provas. O objetivo é demonstrar que a população está atenta, que as regras do Estado de Direito devem ser cumpridas e que a democracia é um valor importante para o Brasil.

Somado a isso e problematizando ainda mais o já conturbado momento Temer, o calendário prevê paralisações gerais em todo o Brasil, no dia 28/4, contra a Reforma da Previdência, Contra a Reforma Trabalhista, pedindo “Fora Temer” e a favor de Eleições Diretas Já. O protesto é convocado pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, centrais sindicais e sindicatos, que prometem parar nesse dia.



acesse o canal **teve FPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

SOCIAL

O aprofundamento da crise do mercado de trabalho, como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e análises do Dieese, continua justificando, segundo o discurso do governo e da mídia tradicional, a defesa da reforma trabalhista para flexibilizar ou retirar direitos. Nesse contexto, foi aprovado o PL 4.302/98 da terceirização irrestrita - da época de Fernando Henrique - e tramita o PL 6787/2016, proposto pelo governo Temer. Ainda estão sendo formuladas outras propostas de reforma no mercado de trabalho, como a de liberar contratação por hora para aposentados acima de 60 anos. Os trabalhadores estão perdendo direitos com a pretensa perspectiva de que isso venha a estimular o investimento e, assim, a geração de empregos.



Mercado de trabalho

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que, em fevereiro de 2017, o Brasil teve saldo positivo de empregos formais após 22 meses consecutivos de saldos negativos. O saldo positivo, no entanto, foi de 35.612 postos no mês, contra um acumulado de perda de 1.148.845 postos de trabalho formais no último ano. O maior crescimento do emprego ocorreu no setor de serviços, com maior queda no comércio e na construção civil. Os dados foram celebrados pelo governo golpista como uma retomada do crescimento do emprego, mas um saldo de 35 mil postos de trabalho é muito pouco vis-à-vis a perda de mais de um milhão de postos nos últimos doze meses.

Reforçando a hipótese de continuidade da crise do mercado de trabalho, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostram que a taxa de desocupação foi estimada em 13,2% no trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2017, com altas de 1,3 ponto percentual frente ao trimestre móvel anterior (setembro a novembro de 2016, -11,9%) e de 2,9 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre móvel de 2016, quando a taxa foi estimada em 10,2%. Essa foi a maior taxa de desocupação da série histórica, iniciada em

2012. Outros recordes negativos do mercado de trabalho segundo a pesquisa desde aquele ano foram: maior valor absoluto da população desocupada, menor nível de ocupação (indicador que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) e os setores de agricultura e construção tiveram o menor número de trabalhadores desde 2012. Ainda, a população ocupada (89,3 milhões de pessoas) recuou tanto em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2016 (-1,0%, ou menos 864 mil pessoas), quanto em relação ao mesmo trimestre de 2016 (-2,0%, ou menos 1,8 milhão de pessoas).

Os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre 714 unidades de negociação em quase todo o território nacional mostram que apenas 19% dos reajustes em 2016 resultaram em ganhos reais aos salários em relação à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), aproximando o resultado daquele obtido no ano de 2003: 2016 foi um dos mais desfavoráveis para os trabalhadores nos últimos vinte anos. Cerca de 44% dos reajustes tiveram valor igual à variação do INPC e os demais 37% ficaram abaixo. Assim, a variação real

média foi negativa: 0,52% abaixo do INPC. Entre os diferentes setores, o setor de serviços teve a maior perda real média: 0,64% abaixo da inflação. O resultado só não foi pior devido à alta proporção de reajustes iguais à inflação, a maior em toda a série dos balanços anuais de reajustes. No entanto, o balanço dos reajustes de 2015 já havia mostrado mudança brusca nos patamares dos reajustes em relação à trajetória dos dez anos anteriores. Perdem os trabalhadores e seu poder de compra.

Reforma Trabalhista

Terceirização (PL 4.302/98)

Nesse contexto de crise do mercado de trabalho, Temer sancionou na noite de 31 de março de 2017 – aniversário do golpe de 1964 – o projeto de lei (PL 4.302/98) que libera a terceirização irrestrita, enquanto brasileiros estavam nas ruas protestando contra as reformas. O PL se insere na lógica da Reforma Trabalhista de Temer, representada por diversos projetos de lei, em especial pelo PL 6787/2016.

Estudo do Dieese com dados da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) aponta que por volta de 25% do emprego no Brasil provêm de atividades tipicamente terceirizantes. O levantamento classifica atividades econômicas cujas características se aproximam de “atividades-meio”, passíveis de terceirização antes da aprovação da lei. Na comparação entre setores contratantes e terceirizantes, encontram que:

- A taxa de rotatividade descontada é duas vezes maior nas atividades tipicamente terceirizadas (57,7% contra 28,8% nas atividades tipicamente contratantes). Em 2014, os vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas duravam, em média, 34,1 meses ou dois anos e dez meses, contra 70,3 meses ou cinco anos e dez meses nas atividades tipicamente contratantes. A rotatividade representa um custo de seleção e treinamento para os empregadores e, para os trabalhadores, a incerteza de encontrar um novo emprego num curto espaço de tempo e o risco de ter que aceitar menores salários e benefícios, além de ter impactos no cálculo da aposentadoria. Para o Estado, despesas com seguro-desemprego aumentam com alta rotatividade.

- 85,9% dos vínculos nas atividades tipicamente terceirizadas tinham jornada contratada entre 41 e 44 horas semanais. Nos setores tipicamente contratantes essa proporção era de 61,6%.

- O percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes: 9,6% contra 6,1%.

- Os salários nas atividades tipicamente terceirizadas eram, em média, 23,4% menor do que nas atividades tipicamente contratantes (R\$ 2.011 contra R\$ 2.639). Entre os vínculos com nível médio completo e superior incompleto, que são a maioria no mercado de trabalho formal, a diferença salarial média acumulada chega a 11,1%. Ainda, quanto a sexo, homens empregados em atividades tipicamente terceirizadas concentram-se em estratos intermediários de remuneração e as mulheres nos estratos com menores rendimentos.

Segundo o Dieese, com a regulamentação irrestrita da terceirização, é provável que ocorra aumento da precarização do trabalho e piora na própria distribuição de renda no país.

Negociado sobre legislado (PL 6787/16)

Segundo especialistas, o principal ponto do PL 6787/2016 é a prevalência do negociado sobre o legislado. Hoje, empregados e empregadores podem negociar a partir dos termos da CLT, ou seja, a legislação contém um regramento geral mínimo que precisa ser respeitado. Com a aprovação do PL, no entanto, pode ocorrer a negociação inclusive de direitos anteriormente garantidos na CLT, com a perda de direitos.

No dia 12 de abril de 2017, foi dado o parecer do relator da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6787/2016. No voto do relator, o deputado Rogério Marinho (PSDB – RN), que circulou antes mesmo de finalizada a comissão, lê-se que:

“Não podemos mais negar liberdade às pessoas, não podemos mais insistir nas teses de que o Estado deve dizer o que é melhor para os brasileiros negando-os o seu direito de escolher. Precisamos de um Brasil com mais liberdade.”

“Estou convicto de que precisamos modernizar a legislação trabalhista brasileira. Precisamos abandonar as amarras do passado e trazer o Brasil para o tempo em que estamos e que vivemos, sem esquecer do país que queremos construir e deixar para nossos filhos e netos. Sustentamos o entendimento de que a CLT tem importância destacada na sua função de estabilizar as relações de trabalho, mas que, evidentemente, sofreu desgastes com o passar dos anos, mostrando-se desatualizada em vários aspectos, o que não é de se estranhar.”

“... a CLT, hoje, deixa a desejar, “primeiro, porque é uma regulação rígida, que engessa toda relação entre patrão e empregado. Segundo, porque é excessivamente detalhista e confusa, o que gera insegurança jurídica. E, terceiro, porque está cheia de lacunas.”

O relator defende que as emendas apresentadas são, na sua grande maioria, constitucionais, jurídicas e observam uma boa técnica legislativa e propõe um Substitutivo à proposição apresentada pelo Poder Executivo.

Contratação de aposentados por hora

O projeto de lei ainda em elaboração que criará o Regime Especial para o Trabalhador Aposentado (Reta) pretende facilitar a contratação de idosos com mais de 60 anos que já estão aposentados. Por meio do projeto, o governo deve propor que aposentados sejam contratados por hora, sem o pagamento à Previdência Social, o FGTS e outros encargos e sem vínculo empregatício, informou o jornal *O Globo*.

Assim como na direção da Reforma Trabalhista, valeria o negociado entre as partes (contratante e contratado). Regras gerais seriam: carga horária semanal máxima de 25h, limite diário de 8h, sem necessidade de escala fixa, trabalho em dias alternados ou seguidos, contratos com duração variável. Seria permitido que até 5% das vagas da empresa fossem reservadas para esse tipo de trabalhador, mas até mesmo esse percentual poderá ser rediscutido e alterado em convenção coletiva. Ainda, o

projeto deve fixar que o idoso tem de ganhar o salário mínimo ou o piso da categoria.

Em tempos de discussão sobre a Reforma da Previdência, mesmo aqueles que se aposentarem mas cujas aposentadorias não forem suficientes, teriam a possibilidade com o projeto de lei de continuar trabalhando eternamente. A precarização do acesso ao direito à Previdência Social se complementa com esse projeto.

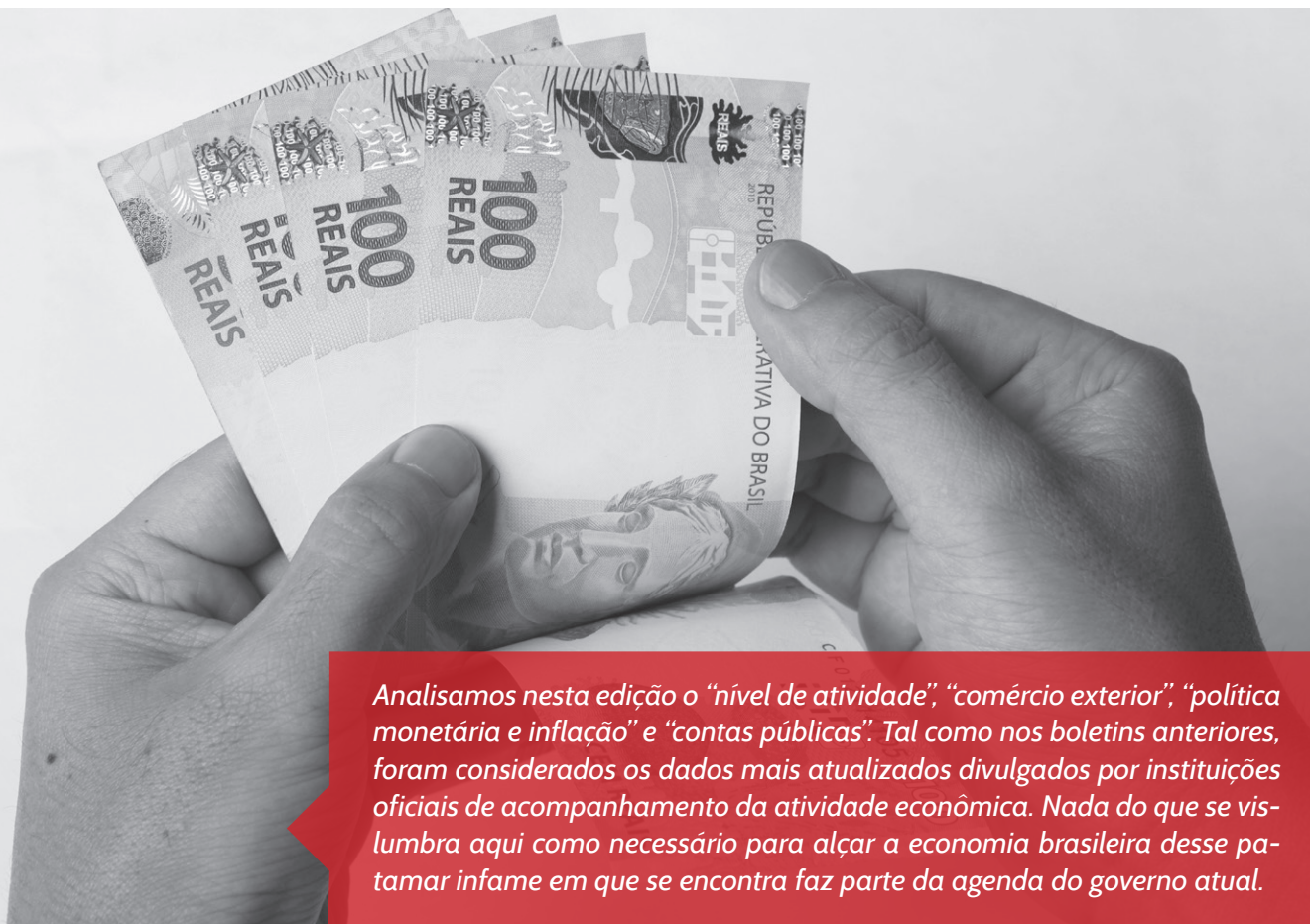
Ainda, para a população em geral, o projeto representa um risco: em um momento de crise no mercado de trabalho, é mais um incentivo para diminuir custos com a contratação de idosos aposentados e não de geração de empregos para a população como um todo. Há um risco de demissões dos funcionários e recontração de aposentados no regime de horas, que, segundo autores do projeto, será mais barato para as empresas.

A proposta submete ainda idosos a condições diferenciadas no mercado de trabalho, mas a tendência é que, com a permissão de tais regras para os aposentados, elas possam vir a no futuro serem regulamentadas para toda a sociedade brasileira, tornando o mercado de trabalho brasileiro ainda mais precarizado. Admitem os autores da proposta que os EUA foram uma inspiração para o projeto, país onde é permitido o trabalho por hora e há grande precarização do mercado de trabalho.

Reforma trabalhista em momento de crise

No entanto, artigo dos pesquisadores Dragos Adascalitei e Clemente Pignatti Morano, publicado no *IZA Journal of Labor Policy*, aponta que medidas de desregulamentação do mercado de trabalho aumentam a taxa de desemprego no curto prazo quando aprovadas em momento de crise. O artigo utiliza dados de 110 países desenvolvidos e em desenvolvimento entre 2008 e 2014 e defende que a prevalência de desemprego alto e crescente afeta positivamente a probabilidade de desregulamentar as leis trabalhistas.

ECONOMIA



Analisamos nesta edição o “nível de atividade”, “comércio exterior”, “política monetária e inflação” e “contas públicas”. Tal como nos boletins anteriores, foram considerados os dados mais atualizados divulgados por instituições oficiais de acompanhamento da atividade econômica. Nada do que se vislumbra aqui como necessário para alçar a economia brasileira desse patamar infame em que se encontra faz parte da agenda do governo atual.

Nível de atividade

No início da segunda quinzena de abril, o Banco Central divulgou que o IBC-Br (indicador antecedente do PIB) de fevereiro teria crescido 1,31% em relação ao mês anterior, sinalizando que, depois de dois anos de aguda recessão, a economia brasileira já teria batido no fundo do poço e ensaiava uma débil recuperação. Contudo, embora a situação possa trazer algum alento a determinados segmentos da economia, o quadro geral ainda é de muita incerteza e não há, por ora, elementos mais robustos a indicar que o fim da recessão possa ser suficiente para reanimar os agentes econômicos a ponto de despertar um novo ciclo de expansão. No popular, seria possível dizer que os números – mesmo que manipulados pelo IBGE¹ – indicam uma típica situação de “copo meio cheio e meio vazio”. Por um lado, na melhor das hipóteses, pareceria que paramos de cair; por outro, não há nenhuma segurança sobre quais seriam os motores do crescimento nos próximos meses.

No campo dos suspeitos indicadores alvissareiros, além do avanço do IBC-Br, foram destaques também a ligeira melhora das atividades no setor de serviços, cujo volume em fevereiro teria crescido 0,7% sobre o mês anterior, a projeção de crescimento da safra agrícola para 2017, da ordem de 25% (estimativa de março), e os bons ventos das exportações (tratadas mais abaixo). Fortemente associados a essa dinâmica, também foram registrados crescimento de 6,5% na produção de bens de capital (puxado principalmente pela produção de máquinas agrícolas e de equipamentos para a indústria mineradora) e de 6,1% na produção de veículos automotores.

Já no campo dos indicadores negativos, na mesma comparação de fevereiro sobre janeiro, chamou a atenção a queda do comércio varejista (-0,2%), em especial do segmento supermercadista (-1,2%), e a redução na produção de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (-1,6%), os quais refletem muito diretamente a persistência de um quadro de

agravamento das condições sociais e de deterioração do mercado de trabalho (vide capítulo anterior).

Comércio Exterior

Apesar da insensata revalorização da moeda brasileira patrocinada pela equipe econômica que tem conduzido o país desde o golpe de 2016, as exportações brasileiras vêm mantendo uma traje-

tória de crescimento continuado, contribuindo decisivamente para a ampliação do nosso saldo comercial a patamares bastante significativos. Como se pode observar na tabela abaixo, no acumulado do ano (até a segunda semana de abril) o resultado da balança comercial brasileira já é de 17,8 bilhões de dólares, indicando que o país deverá encerrar 2017 com um superávit comercial superior a US\$ 60 milhões, o que representaria o maior valor da série histórica iniciada em 1989.

Tabela 1 - BALANÇA COMERCIAL (US\$ milhões FOB)

	Exportações	Importações	Saldo Comercial
Janeiro	14.909	12.192	2.717
Fevereiro	15.469	10.912	4.557
Março	20.085	12.940	7.145
Abril (até 2ª semana)	8.760	5.338	3.422
Acumulado no ano de 2017*	59.223	41.383	17.840
Acumulado no ano de 2016*	45.234	35.223	10.011
Var % Jan/Abril - 2017/2016	30,9%	17,5%	78,2%

Fonte: SECEX/MDIC

Nota: (*) até a 2ª semana de abril.

Tal resultado, que corresponde a um salto de 78,2% quando comparado ao mesmo período de 2016, resulta fundamentalmente de dois movimentos paralelos. Por um lado, a tênue expansão do comércio internacional e a recuperação dos preços internacionais das commodities têm ampliado o volume de vendas e as receitas dos exportadores brasileiros. Por outro lado, em função da debilidade da chamada absorção doméstica (consumo + investimento + gastos do governo), as importações, depois de caírem fortemente desde o final de 2014, ainda crescem em ritmo bem mais lento do que as exportações (17,5% contra 30,9% entre os dois períodos comparados), contribuindo por vias tortas - consumo deprimido - para a obtenção daqueles saldos positivos.

A esse bom desempenho exportador cabe ainda acrescentar uma breve ressalva. Em grande medida a nossa pauta exportadora segue cada vez mais dependente dos produtos básicos. Para se ter uma

ideia, considerando-se os dez principais produtos de exportação brasileiros nestes primeiros meses de 2017, nove são básicos ou semielaborados e respondem por 48,2% do total exportado. No ano anterior, embora esses mesmos nove produtos fossem de longe os mais significativos de nossa pauta exportadora, representavam 38% do total, indicando que o processo de reprimarização da economia brasileira segue em ritmo acelerado.

Política Monetária e Inflação

A inflação (IPCA) anual medida em abril continuou em trajetória de queda (4,57% nos últimos doze meses), aproximando-se do centro da meta de 4,5%. Contribuíram para esse resultado três fatores fundamentais: a prolongada recessão econômica, a revalorização do real e o fim dos efeitos da alta decorrentes do ciclo de realinhamento dos preços administrados iniciado em 2015. Assim, a seguir nesta

toada e de acordo com as estimativas de mercado divulgadas pelo Boletim Focus, em 17 de abril, a inflação projetada para o final do exercício de 2017 deverá ficar em 4,1%, portanto, ligeiramente abaixo do centro da meta contratada junto ao BC.

Diante desse quadro, o Banco Central, a quem cabe fixar a taxa básica de juros (Selic), tem se revelado pouco aparatado para lidar com a velocidade da queda geral dos preços. Seu sofisticado modelo “Samba”, com o qual simula o metabolismo da economia para então decidir pela taxa de juros nominal ideal, parece estar fora de sincronia. Pelo jeito, as seguidas quedas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não cintilaram com a devida intensidade no painel do Samba². Quando, em julho de 2016, a diretoria do BC resolveu iniciar sua titubeante trajetória de redução da taxa Selic (a taxa caiu três pontos percentuais desde então), a queda geral do nível de preços já havia feito aumentar o patamar dos juros reais, mantendo-os em um nível absolutamente injustificado para uma economia que assiste à produção e ao emprego derreterem

Mais grave do que isso é que, como pelas estimativas do mercado – a quem o BC parece dever obediência canina –, a Selic deverá terminar o ano entre 8,5 e 9%, ante aquela taxa de inflação estimada, permaneceremos rodando com uma taxa de juros reais “ex-ante³” ainda próxima de 7% ao ano, o que nos garantiria mais uma vez o pódio global da insensatez monetária.

Contas públicas

O setor público brasileiro continua sofrendo com a recessão e, mais grave do que tudo, segue agindo para aprofundá-la. Ao mesmo tempo em que as receitas tributárias se contraem (menos produção corresponde a menor renda e conseqüentemente a menor pagamentos de tributos), o governo insiste em cortar despesas públicas, especialmente aquelas chamadas de discricionárias, isto é, aquelas que representam gastos novos, para além do custeio corrente e obrigatório. Segundo anunciado pelo governo, a nova meta de déficit fiscal deverá ser de R\$ 129 bilhões (ou 1,8% do PIB), a qual deverá ser alcançada mediante um corte mais forte das des-

pesas fiscais. Em conjunto, pretende-se limar do já esfolado Orçamento Geral da União cerca de R\$ 42 bilhões adicionais, a maior parte dos quais em rubricas de investimento. Considerando-se que esse tipo de gasto (investimento público) traz consigo um elevado efeito multiplicador, o corte recém anunciado pelos ministros de Temer deve impactar severamente e de forma negativa o crescimento do PIB e, conseqüentemente, a própria arrecadação de tributos.

Em suma

Tomados em seu conjunto, os indicadores econômicos disponíveis para esta quadra do ano de 2017 (e lembrando que há fortes indícios de que foram grosseiramente manipulados pelo IBGE) permitem concluir que as taxas de variação do produto da economia brasileira deverão passar lentamente ao campo positivo, sem, entretanto, voltarem a crescer de forma consistente. Ocorre que, como esse momento de estancamento da sangria está sendo alcançado muito tardiamente, depois de dois longos anos de profunda recessão – a maior de nossa história! – e de severo desmonte dos motores que usualmente tracionam a demanda agregada (consumo, investimento privado e gastos do governo), não se consegue vislumbrar por onde retomaremos o dinamismo. É verdade que no curto prazo o setor externo tem servido para contrabalançar a inanição da demanda interna, mas a eventual retomada do crescimento deverá fazer crescer novamente as importações (como já parece estar acontecendo nestes primeiros meses de 2017), minando a potência do nosso “drive externo”.

Assim, qualquer plano que se proponha a retirar a economia do atoleiro deverá necessariamente enfrentar alguns temas cruciais. Em primeiro lugar, é urgente destravar o crédito doméstico, pois, as elevadas taxas de inadimplência e de endividamento das famílias e das empresas constituem um obstáculo crítico que deve ser obrigatoriamente vencido para a retomada dos investimentos e do consumo. Da mesma forma, o gasto público, em suas variadas modalidades (programas de transferência de renda, investimentos, subsídios, parcerias) deverá necessariamente voltar a crescer e assim apoiar

o processo de ampliação dos gastos no setor privado. Como parece óbvio, portanto, nada do que se vislumbra aqui como necessário para alçar a economia brasileira desse patamar infame em que se encontra a agenda do governo atual. Des-

colado dos interesses mais gerais da nação, o governo golpista continua atravessando o samba, manipulando as estatísticas e apostando todas as suas fichas na “arte de viver da fé”. Só não se sabe fé em que.

Para ver mais, consultar:

1. Conforme denunciado em 18 de abril pelo jornalista Luis Nassif no portal GGN (<https://goo.gl/Hrsqhl>), o IBGE teria manipulado os resultados das pesquisas mensais que apuram as atividades de Comércio e Serviços (PMC e PMS). Por conta de mudanças nas metodologias nessas duas pesquisas, os números do IBC-Br divulgados nestes primeiros meses de 2017 estariam artificialmente inflados, na medida em que se baseiam em comparações com os dados de 2016, os quais eram produzidos com outros critérios de ponderação.
2. Trata-se de um modelo Dinâmico Estocástico de Equilíbrio Geral que é utilizado pelo Banco Central para fazer simulações de cenários macroeconômicos.
3. Termo técnico que informa que se trata de uma taxa calculada com base nas expectativas de inflação.

TERRITORIAL



O Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas apontou estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro de 2015, influência da crise econômica e política, assim como da política econômica adotada neste ano. Por outro lado, o período de 2000 a 2014 mostrou uma tendência de crescimento contínuo do IDH, fruto de um modelo de desenvolvimento econômico que permitiu melhorar a condição de vida da população. O futuro do desenvolvimento humano brasileiro parece nebuloso frente ao conjunto de reformas neoliberais almejadas pelo governo golpista de Temer.

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASILEIRO

O recém-lançado Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) apontou estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro em 2015 - influência da crise econômica e política, como também das decisões governamentais adotadas no período.

Por outro lado, ao considerar o período 2000-2014, o IDH brasileiro mostrou uma tendência de crescimento contínuo, o que indica acertos do governo federal. No período em questão observou-se uma política econômica expansionista, associada a aumentos reais do salário mínimo e da transferência de renda - fato que possibilitou melhora das condições de vida da população.

O futuro mostra-se nebuloso em relação ao desenvolvimento humano brasileiro, uma vez que as reformas almejadas pelo governo golpista de Temer no campo da Previdência, do trabalho e do gasto social apontam para um cenário de desestruturação social. Vamos entender melhor a questão a seguir.

Tendências do desenvolvimento humano brasileiro

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU, o Brasil estagnou seu posicionamento no ranking do IDH no valor de 0,754, manteve a posição 79 entre 188 países no ranking mundial. O relatório foi publicado em março de 2017, mas as informações possuem como referência o ano de 2015.

Entre os países que compõem os Brics, sigla que engloba cinco nações em desenvolvimento, o IDH brasileiro ficou atrás apenas da Rússia (0,804). Segundo a ONU, o país está na frente da China (0,738), África do Sul (0,666) e Índia (0,624).

No entanto, ao considerar a realidade dos países da América do Sul, o Brasil está na quinta posição do ranking, ficando atrás do Chile (0,847), Argentina (0,827), Uruguai (0,795) e Venezuela (0,767). Estes países apresentavam melhor posição que o Brasil em todos os indicadores que compõem o IDH, exceto no caso da Venezuela, que possuía o indicador de média de anos de estudo e de renda nacional per capita em patamares inferiores ao brasileiro.

Ao observar os componentes do IDH, nota-se que a estagnação brasileira na última edição do relatório pode ser atribuída à redução da renda nacional bruta per capita em 2015, que impactou a condição de vida da população brasileira. A estagnação no grau de desenvolvimento humano justifica-se pela crise econômica e política, assim como as decisões governamentais adotadas no período.

Segundo os dados apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano, o país assistiu à retirada de 29 milhões de pessoas da linha de pobreza no período 2003-2013. O que indica que a valorização da participação do Estado por meio de política econômica expansionista, associada com políticas de proteção social, com forte viés para transferência de renda à população mais pobre, estava colocando o país no rumo certo para melhoria das condições sociais de sua população.

No entanto, essa mesma tendência não foi observada no período 2014-2015, no qual aproximadamente quatro milhões de indivíduos retornaram à situação de pobreza. O contingente de desempregados também cresceu e atingiu doze milhões de indivíduos que se viram em busca de novas estratégias de sobrevivência fora do mercado de trabalho formal.

Segundo a ONU, para o Brasil e o mundo continuarem a se desenvolver será necessário, além do retorno ao crescimento econômico, consolidar as redes de proteção social e ações de transferência de renda direcionadas à população de baixa renda. Pois incluir toda a sociedade nos frutos do desenvolvimento da economia ajuda a aliviar as condições em que vivem

as pessoas mais pobres.

Isso indica que o país precisa de políticas trabalhistas e de proteção social consistentes para reverter esse processo. No entanto, a partir de 2016, o cenário que vem se desenhando pelas iniciativas do governo golpista de Temer exibem propostas de flexibilização das leis trabalhistas (via ampliação da terceirização, de contratos de trabalho temporários e da jornada semanal), assim como a Reforma da Previdência, que pretendem endurecer as regras de acesso, rebaixar o valor médio dos benefícios e minimizar o papel do Estado na redução da desigualdade social. Por fim, o limite ao crescimento do gasto primário durante vinte anos, por meio da Emenda Constitucional 95/2016¹, torna-se outro fator de dificuldade para expansão do IDH brasileiro.

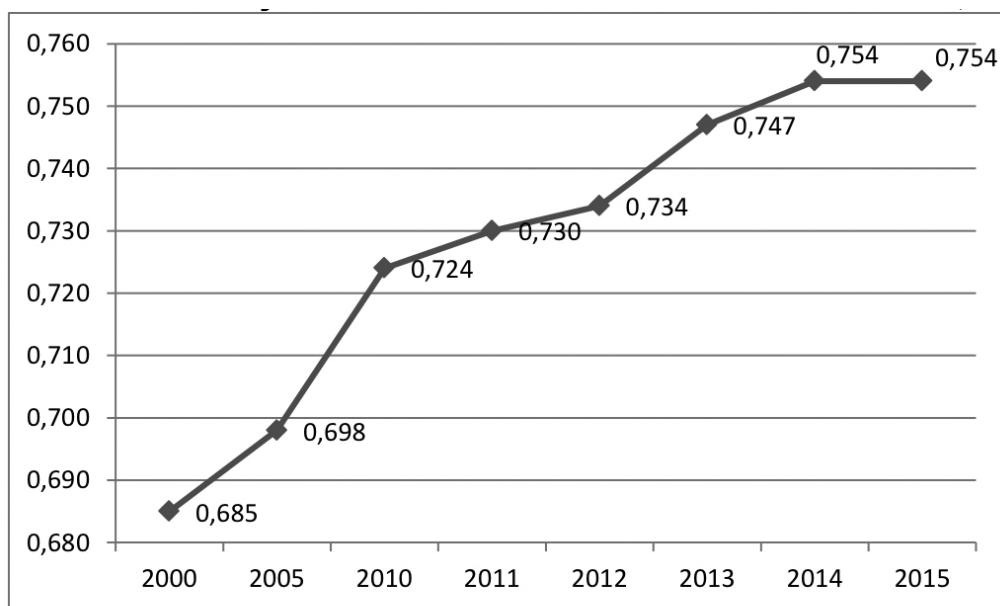
A evolução do IDH brasileiro

Ao observar a série histórica do IDH brasileiro no período de 2000-2015, verifica-se uma tendência de evolução gradual do índice. Em 2000, o IDH brasileiro foi de 0,685, passando para 0,724 em 2010. Em 2015, o Brasil estagnou seu IDH em 0,754 (em relação a 2014).

Segundo a ONU, entre 2014 e 2015, a pobreza no Brasil aumentou, rompendo a tendência de queda da década. Segundo o relatório, em 2015, 3,63% da população viviam em situação de extrema pobreza, com uma renda mensal per capita de até R\$ 70. No mesmo ano, 9,96% da população foi considerada pobre, vivendo com rendimento de até R\$ 140 reais por mês. Isso mostra a importância de políticas públicas de transferência de renda para minimizar os riscos da população socialmente vulnerável, tais como o Programa Bolsa Família.

Além disso, chama-se atenção para os futuros resultados do IDH com o processo de estagnação econômica e a política de ajustes recessivos promovidas pelo governo ilegítimo de Temer. Em 2016, iniciou-se no país um ajuste fiscal de longo prazo, com a finalidade de diminuir o papel do Estado e equilibrar o orçamento público. Esse movimento também se manifestou por meio de uma política monetária conservadora, com diminuição da inflação, controle das flutuações cambiais, redução dos investimentos, aumento de juros e contenção do crédito.

Gráfico 1 – Evolução do Índice do Desenvolvimento Social. Brasil, 2000-2015

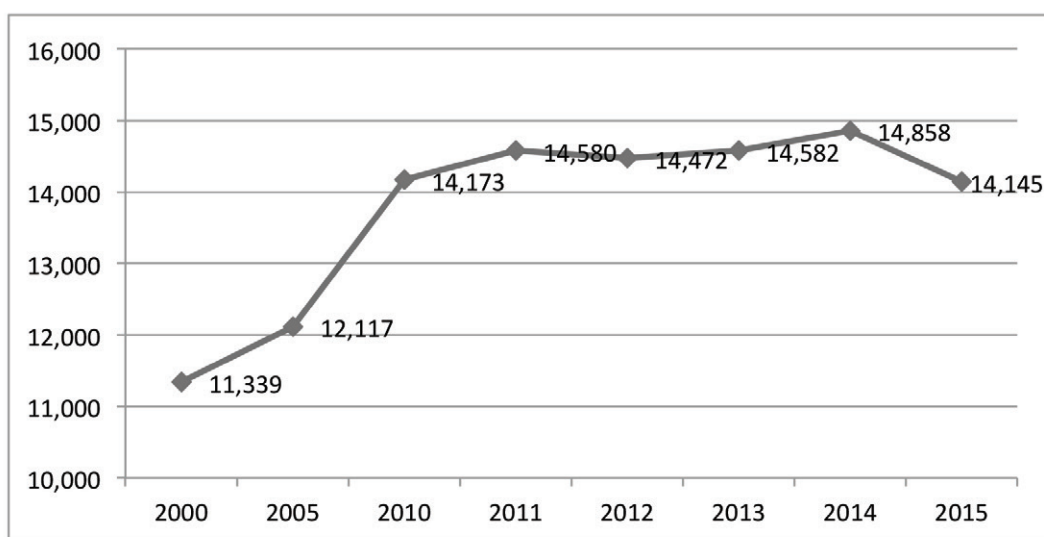


Fonte: ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

A Renda Nacional Bruta (RNB) per capita baseada na paridade do poder de compra da população apresentou oscilação no período abordado. Em 2000, a renda média per capita era de US\$11.339 e passou para

US\$14.173 em 2010. Em 2015, a renda nacional bruta per capita foi de US\$14.145 alcançando o patamar mais baixo da série histórica desde 2010.

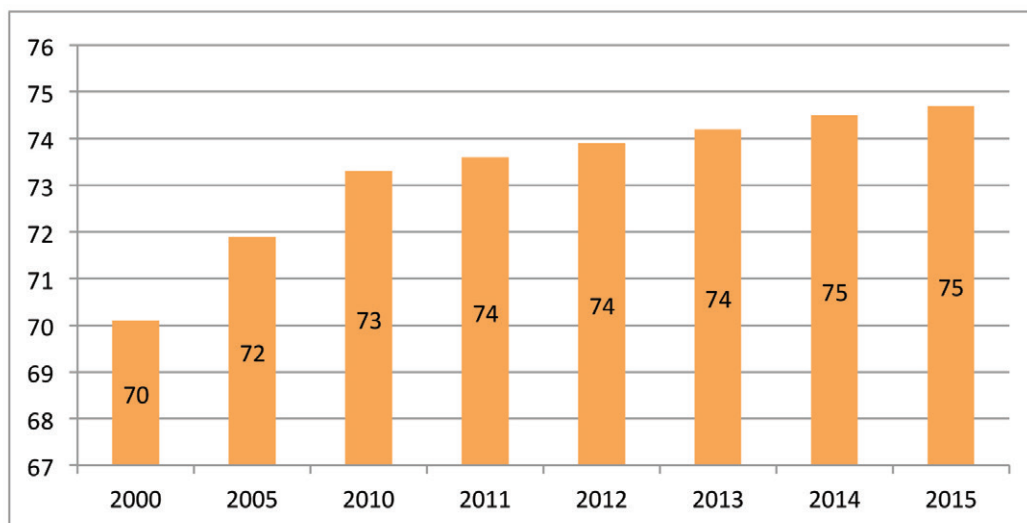
Gráfico 2 – Renda Nacional Bruta per capita. Brasil, 2000-2015



Fonte: ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

Ao analisarmos a evolução do componente saúde do índice, medido pela expectativa de vida da população, observou-se um aumento de 4,6 anos no período 2000-2015. Em 2000, a expectativa de vida dos brasileiros era em média de 70,1 anos e passou para

73,3 anos em 2010. Em 2015, a expectativa de vida foi de 74,7, mostrando uma evolução gradual do indicador, entre outros aspectos, apontando para questões como o avanço da ciência, dos serviços de saúde e de saneamento básico no país.

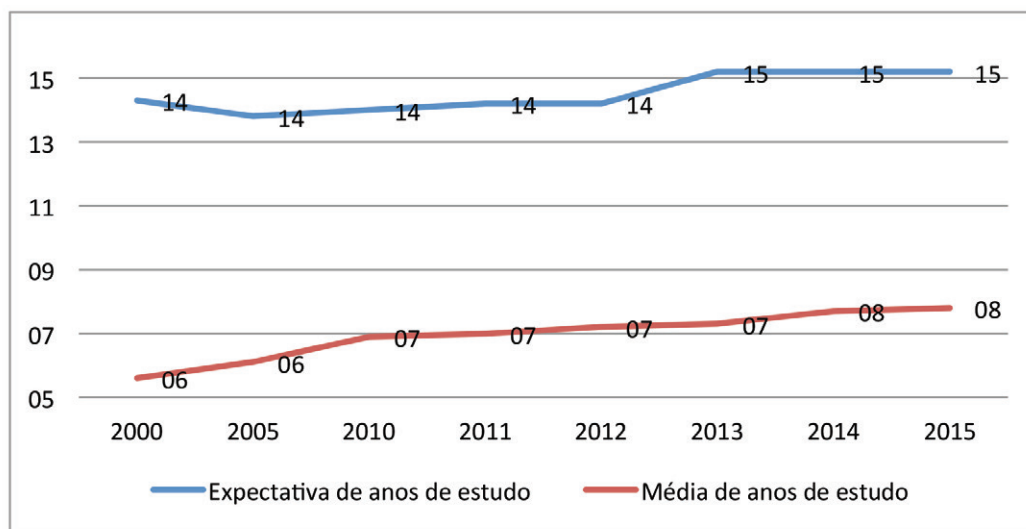
Gráfico 3 - Expectativa de vida da população. Brasil, 2000-2015

Fonte: ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

O componente de educação do índice é mensurado pela relação entre a média de anos de estudo da população adulta e quantidade esperada de anos de estudos. Ambos indicadores passaram por crescimento positivo durante os extremos do período abordado. A média de anos de estudo da população adulta vem crescendo gradualmente, passando de 5,6 anos para

6,9 entre 2000 e 2010. Em 2015, a média de anos de estudo de um brasileiro foi de 7,7 anos.

Em 2000, a expectativa de anos de estudo para uma criança que entrava no ensino em idade escolar era de 14,3 anos, passando para quatorze anos em 2010. Em 2015, o número esperado de anos de estudo era 15,2, apresentando estagnação desde 2013.

Gráfico 4 - Expectativa e média de anos de estudo. Brasil, 2000-2015

Fonte: ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

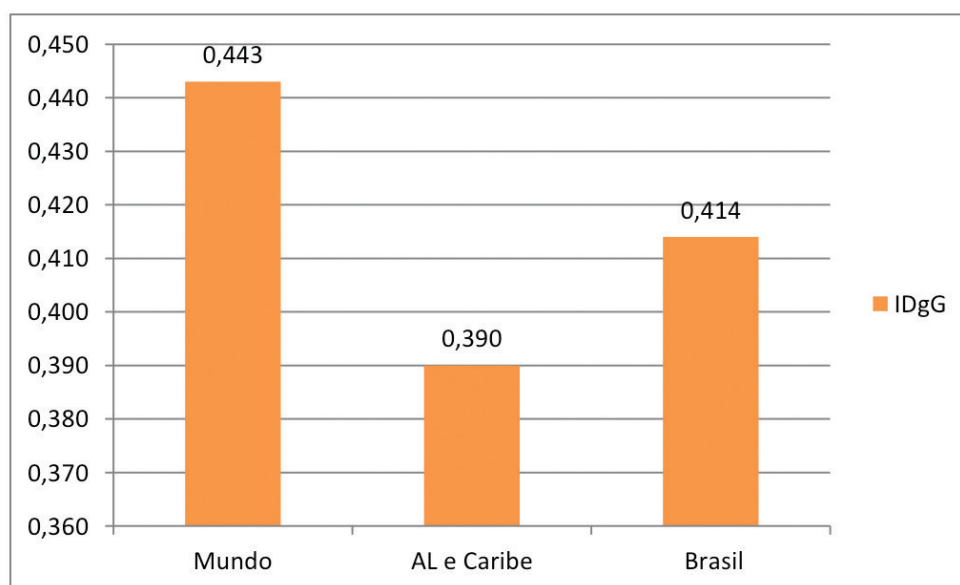
Desigualdade de gênero

O Relatório de Desenvolvimento Humano da PNUD também abordou a temática de gênero dos países por meio do Índice de Desigualdade de Gênero (IDgG). Este índice engloba indicadores sobre a saúde reprodutiva, empoderamento e atividade econômica entre homens e mulheres.

O IDgG brasileiro foi de 0,414, o que coloca o país na

92ª posição em um ranking de 159 países - abaixo da média mundial (0,443) e acima da América Latina e Caribe (0,390). Para ilustrar, destacando alguns países selecionados da América do Sul, verifica-se que o Índice de Desigualdade de Gênero brasileiro ficou à frente do argentino (0,362), do chileno (0,322) e do uruguaio (0,284), enquanto o Paraguai (0,464) e a Venezuela (0,461) estão melhor posicionados em relação ao Brasil.

Gráfico 5 – Índice de Desigualdade de Gênero. Mundo, América Latina e Caribe e Brasil: 2015



Fonte: ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

Em relação à mortalidade materna, o Brasil tem uma taxa de 44 por 100 mil nascidos vivos, situando-se em patamar abaixo da média mundial (216) e da América Latina e Caribe (67). Quanto ao indicador de gravidez na adolescência, o país alcançou nível mais elevado, sendo 67 nascimentos de crianças para cada mil mulheres entre 15 e 19 anos, enquanto a média mundial foi de 44,7 e da América Latina e Caribe foi de 64,3 nascimentos.

Entre os dados apresentados pelo relatório da ONU, destaca-se o percentual de assentos no parlamento ocupados por mulheres. Em 2015, apenas 10,8% das cadeiras país foram ocupadas por mulheres. Esse resultado é inferior à média mundial (22,5%) e da América Latina e Caribe (28,1%). Ainda sobre este aspecto, chama a atenção o fato de o Brasil ter menos mulheres no Legislativo do que o país com menor IDH do mundo, a República Centro-Africana, onde as mulheres ocupam 12% dos assentos no país africano.

Tabela 1 – Indicadores de gênero. Mundo, América Latina e Caribe e Brasil: 2015

Indicador	Mundo	AL e Caribe	Brasil
Taxa de mortalidade Materna (por 100.000 nascidos vivos)	216,0	67,0	44,0
Gravidez na adolescência (nascimento a cada 1000 mulheres entre 15-19 anos)	44,7	64,3	67,0
Assentos no parlamento (ocupados por mulheres)	22,5	28,1	10,8

Fonte: ONU/PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

Apesar da necessidade de se avançar na igualdade de gênero, a ONU indica a Lei Maria da Penha como uma experiência brasileira de sucesso, ao considerar sua concepção como uma legislação progressista. A criação de instituições específicas para tratar da violência doméstica, como delegacias da mulher, centrais de atendimento e casas de abrigo para mulheres vítimas de violência.

Conclusão

A principal conclusão extraída do Relatório de Desenvolvimento Humano foi que o comportamento do IDH brasileiro está intimamente relacionado ao

modelo de desenvolvimento econômico adotado. No período 2000-2014, quando o governo federal adotou uma política econômica expansionista - associada a aumentos reais do salário mínimo e da transferência de renda - o IDH brasileiro mostrou uma tendência de crescimento contínuo, o que indica acertos nas decisões governamentais adotadas.

Em 2015, o período de crise econômica e política, assim como de política econômica mais conservadora, resultou em uma estagnação do IDH brasileiro. Desta forma, chama-se atenção para o futuro do desenvolvimento humano brasileiro frente às investidas neoliberais do governo ilegítimo de Temer que prometem causar uma verdadeira desestruturação social no país.

Para ver mais, consultar:

1. BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. DOU. 15 de dezembro de 2016.

Metodologia do IDH

Os aspectos metodológicos utilizados para obtenção do IDH consideram três componentes:

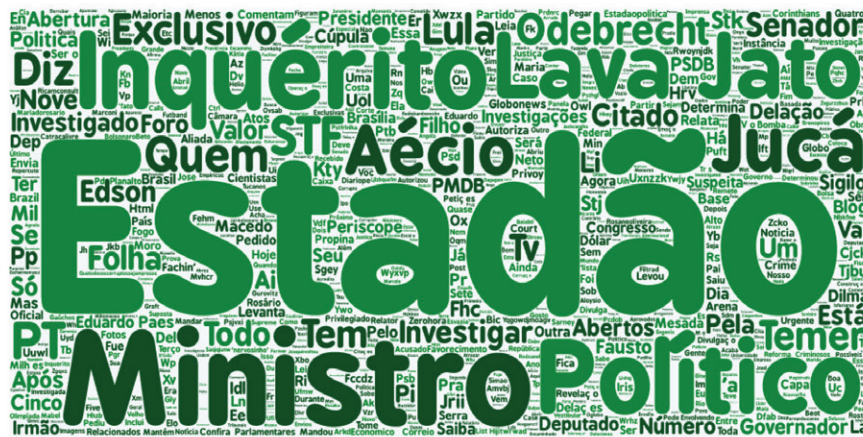
- Nível de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e número esperado de anos de estudos.
- Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes.
- Nível de saúde: obtido por meio da expectativa de vida da população.

O resultado final do IDH é obtido por meio da média geométrica dos três componentes analisados. O índice varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de uma localidade.

Durante os dias 11 e 12 de abril, foram coletadas 141.570 ocorrências no Twitter ligadas à lista de Fachin, liberada no dia 11 de abril pelo jornal *O Estado de São Paulo*. A lista, como podemos observar na página 26, gerou um grafo formado majoritariamente por três grandes agrupamentos: laranja, verde e azul.

O agrupamento verde foi formado principalmente por meios de imprensa brasileiros, com forte pre-

dominância do *Estadão*, responsável por divulgar em primeira mão a lista do ministro do Supremo Tribunal Federal. Aqui, o foco é voltado para Lula, Romero Jucá, Aécio Neves e Michel Temer. Interessante observar que, no entanto, para além do enfoque nesses políticos, a análise não recai sobre nenhum partido que não seja o Partido dos Trabalhadores. Os termos abaixo são os mais utilizados por esses agrupamentos.



O agrupamento à esquerda do grafo é formado por usuários de esquerda/progressista em sua maioria. Aqui, o senador Aécio Neves foi o principal alvo das denúncias e acusações, fruto da liberação da lista de Fachin. Romero Jucá e Michel Temer também foram muito atacados por representarem um go-

verno peemedebista com inúmeros acusados por corrupção e caixa 2. As manifestações contra o que usuários desse grafo chamam de “paneiros” [panela, passeatas, batendo] é resultado de uma ira contra àqueles que muitos aqui culpam pela derrubada da presidenta Dilma Rousseff.



Já o agrupamento azul é formado por usuários e páginas de direita/reacionária. Aqui o principal alvo das acusações foi Lula, mas com uma ira direcionada também à deputada federal Maria do Rosário. O motivo é mais do que conhecido por

aqueles que acompanham a trajetória dela: partem de seguidores do deputado federal Jair Bolsonaro. Após a divulgação, o deputado divulgou nas redes sociais online vídeo em que mais uma vez ataca a deputada. Para além dos ataques machistas de Jair

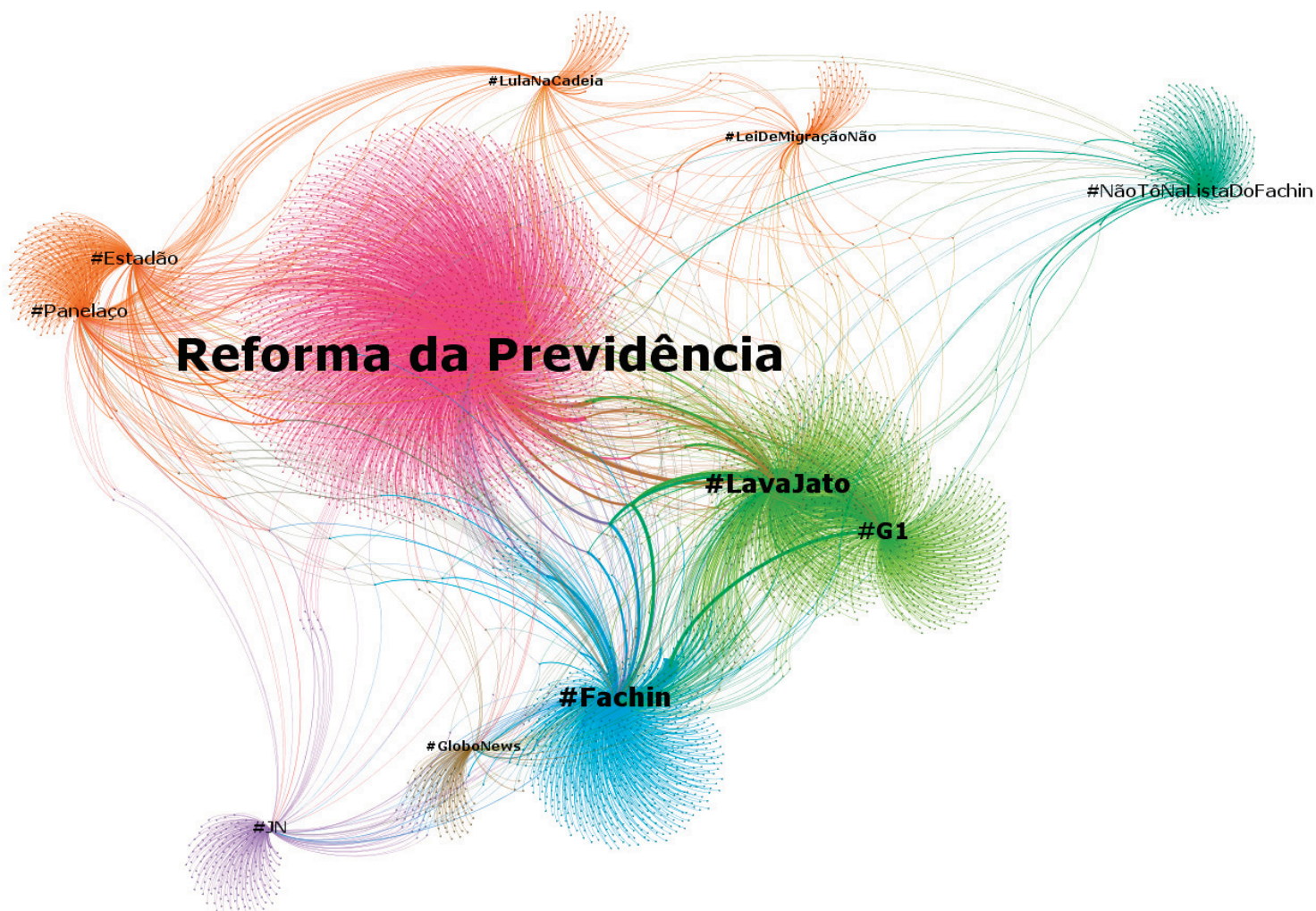
Bolsonaro contra a deputada do PT, a senadora Vanessa Grazziotin também foi extremamente atacada por um agrupamento machista e homofóbico. Outros políticos atacados aqui foram Lula, Renan Calheiros e Romero Jucá. Para além

dos óbvios Jucá e Lula, é interessante observar que boa parte dos movimentos (representados principalmente pelo Vem Pra Rua) ainda mantêm posições de ataque contra o ex-presidente do Senado.



Em um segundo momento, buscamos comparar os usuários que abordaram o tema lista do Fachin nas redes sociais online - neste caso o Twit-

ter - com aqueles que mencionaram, no mesmo período, a Reforma da Previdência proposta pelo governo Temer.



As hashtags #panelaço e #LulaNaCadeia foram utilizadas por usuários de direita/reacionários que ainda buscam manter a Operação Lava Jato como uma exclusividade petista. A hashtag #NãoTôNaListaDoFachin concentra usuários alheios ao embate político direto e que apenas se aproveitaram do tema para gerar tweets de humor sobre o assunto. Essa hashtag mostra um distanciamento muito grande, durante o período, de usuários regulares do debate sobre a Reforma da Previdência.

É possível observar, aqui, os temas Lava Jato e Lista do Fachin como um poderoso “dissipador de forças” na batalha contra a Reforma da Previdência, ainda que grande parte dos usuários envolvidos com os debates acerca desta reforma estejam ligados a repercussões da Lista do Fachin, na quais hashtags da direita predominam, com ataques contra Lula e o PT.

Observa-se ainda um grande número de usuários que se posicionaram contra a Reforma da Previdência e, durante o período analisado, não se envolveram nos debates sobre a Lava Jato e lista do Fachin.

A lista de Fachin na imprensa internacional

A determinação do ministro do STF Edson Fachin de abrir centenas de inquéritos para investigar políticos dos mais variados partidos e a divulgação dos depoimentos dos ex-diretores e proprietários da Odebrecht dominaram as reportagens produzidas e publicadas pela imprensa estrangeira.

Todos os jornais destacaram o valor estimado que a empresa gastou em propinas durante uma década: US\$ 3,3 bilhões. Por enquanto, esses periódicos não buscaram se aprofundar nos detalhes dos depoimentos, mas, em alguns casos, conseguiram traduzir de forma relevante o significado da divulgação do conteúdo das delações, como na reportagem “Lava Jato: a amplitude da corrupção no Brasil aparece em vídeo”, publicada no francês *Le Monde*. A correspondente do jornal escreve que “em um país de cultura oral, como o Brasil, o som e a imagem dão a essas confissões um impacto retumbante”. E, de fato, ela tem razão. O texto, que também cita denúncias contra Luiz Inácio Lula da Silva, relata a suspeita de que Michel Temer teria negociado

R\$ 40 milhões em propina para o PMDB, o que, na perspectiva da jornalista, significa que “o presidente, muito impopular, parece hoje totalmente desqualificado para impor sua agenda de reformas estruturais prevista para antes das eleições de 2018, confirmando a imagem por vezes utilizada de um “presidente zumbi”.

Além de descrever os principais acontecimentos, os jornais estrangeiros que noticiam a situação brasileira buscam as opiniões de especialistas para tentar analisar o contexto brasileiro a partir da perspectiva de quem o estuda. Em uma reportagem sobre a amplitude das acusações, em que o *Le Monde* descreve que a nova fase da operação Lava Jato mostra a banalização da corrupção em todos os níveis de poder no Brasil, Marco Antonio Carvalho Teixeira, professor da FGV, afirma que o governo corre grande risco, que o Congresso deve diminuir a velocidade dos trabalhos e pode largar mão da agenda do presidente Temer. O *New York Times* ouviu o cientista político Rafael Cortez da empresa de consultoria Tendências. Cortez disse que a ação da Lava Jato é positiva, mas gera um vácuo de liderança que, por enquanto, pode gerar mais instabilidade.

Os jornais estrangeiros não emitiram opinião, mas todos, na Europa e nos Estados Unidos, têm se concentrado mais nas citações que foram feitas envolvendo Michel Temer. É provável que seja estranho para esses veículos a falta de indignação dos brasileiros com a possibilidade de que o presidente da República esteja diretamente envolvido em esquemas de corrupção. Da mesma forma, esses veículos não emitiram opinião mas noticiaram que Temer só não está sendo investigado porque existe uma legislação no Brasil que impede que o presidente seja alvo de inquérito por ações anteriores ao mandato. Apesar disso, de maneira geral, os periódicos de outros países informaram em suas publicações que a complicada situação do governo tende a piorar. Se havia dificuldades para aprovar a Reforma da Previdência, apontada pelo *New York Times* como algo chave para a gestão Temer, agora aumenta o risco de que a proposta não saia do papel. O fato de um terço dos ministros do governo estarem sendo investigados pela Operação Lava Jato é indicado

como mais um fator capaz de aumentar a fragilidade de Michel Temer.

Antes da divulgação do conteúdo das delações da Odebrecht e da revelação oficial da lista de políticos investigados, a revista *The Economist* publicou, no dia 30 de março, a reportagem “atualizando a classe política do Brasil”. O texto utiliza as manifestações realizadas no dia 26 de março para questionar como será possível que esses parlamentares que aí estão promovam uma reforma política. A reportagem sugere que os legisladores tentariam utilizar as mudanças para se proteger, o que não seria surpresa para a política brasileira.

A presidenta Dilma Rousseff concedeu entrevista ao jornal *New York Times* e, além de falar sobre como está a sua vida agora, repetiu o que considera o seu principal erro: reduzir impostos esperando que os empresários fossem investir e criar empregos. Dilma também afirmou que foi um erro não ter percebido que o “centro” havia se mudado para a “direita”.

A operação da PF intitulada “Carne Fraca” vinha sendo o principal foco dos jornais estrangeiros, mas acabou ficando em segundo plano após a repercussão das delações da Odebrecht. Sobre a operação, os jornais estrangeiros foram bastante comedidos, noticiando apenas os posicionamentos de cada governo.

Veículos de imprensa de outros países costumariamente citam títulos ou trechos de editoriais e informações publicadas pela grande mídia brasileira, o que, infelizmente, acaba contaminando o material dos jornais estrangeiros. Há alguns meses, quando o Brasil vivia o auge da polarização política, a imprensa internacional chegou a questionar a falta de pluralidade de discursos nos jornais brasileiros, no entanto, mesmo com a parcialidade, os “jornalões” continuam a influenciar o retrato que é feito do Brasil no exterior.

Temer “compra” apoio para a Reforma da Previdência

Um fato muito grave foi ignorado por editoriais e passou longe das manchetes da grande imprensa no mês de abril. *O Estadão* resumiu em dois parágrafos no dia 10 de abril: “A ofensiva do governo para atrair apoio à Reforma da Previdência passa agora pela distribuição das verbas federais de publicidade, principalmente em rádios e TVs. A estratégia do Palácio do Planalto para afastar a resistência à reforma é fazer com que locutores e apresentadores populares, principalmente no Nordeste, expliquem as mudanças sob um ponto de vista positivo. Os veículos de comunicação que aderirem à campanha terão direito à publicidade federal.

Com esse roteiro, o Planalto mostra que, além da concessão de cargos e emendas parlamentares, a propaganda também virou moeda de troca em busca da aprovação da reforma no Congresso. Os responsáveis pela indicação da mídia que receberá a verba publicitária são justamente deputados e senadores”.

Já a *Folha* limitou-se a uma nota na coluna de Mônica Bergamo, em 11 de abril: “O governo decidiu contemplar rádios e jornais do interior do país com verbas publicitárias destinadas à defesa da Reforma da Previdência. A lista será elaborada a partir de sugestões de parlamentares que apoiam o governo, que indicarão os veículos que devem receber a propaganda.”

Como publicou o *Intercept* no dia 13, “este fato seria um escândalo em qualquer país e também aqui se ocorresse no governo anterior”.

Nos outros principais veículos nacionais, a notícia teve repercussão próxima de zero. As Organizações Globo, por exemplo, a ignoraram completamente. O que era para ganhar status de grande escândalo tornou-se um acontecimento irrelevante na mídia brasileira. Não é difícil imaginar o porquê.

MOVIMENTOS SOCIAIS



Conceituar greve geral não é tarefa de analista, e sim do povo organizado que, em nome da defesa dos direitos dos trabalhadores, pode se valer daquele que é um dos principais instrumentos de defesa e garantia da ordem democrática.

O DIREITO DE GREVE

Um dos principais instrumentos de verificação da saúde de uma democracia em um país é o direito de greve. Não por acaso a Constituição brasileira em seu nono artigo (capítulo de direitos sociais) estabelece que é assegurado o direito de greve no Brasil, e compete aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devem ser defendidos nesse contexto.

Ao se valer de tal dispositivo, o legislador regulamentou o direito de greve afirmando que é considerado o livre exercício dessa garantia a suspensão coletiva da prestação de serviços, e assegurou a possibilidade do emprego de meios pacíficos para persuadir ou aliciar os trabalhadores a paralisarem as suas atividades.

Essa breve conceituação legal nos leva a crer que o sistema normativo brasileiro entende que a greve é um instrumento legítimo de defesa dos direitos dos trabalhadores. Isso significa afirmar que as leis brasileiras entendem que há um desequilíbrio nas relações de trabalho no país e que esse desequilíbrio pode ser

objeto de questionamento pelo exercício da paralisação das prestações de serviço.

No contexto atual, demonstrar as garantias legais e democráticas do direito de greve é fundamental. Isso porque há um nítido movimento de diminuição e revisão de garantias históricas dos trabalhadores, como podemos perceber na lei de terceirização e trabalho temporário, nas propostas de reformas da Previdência e Trabalhista. Há um movimento institucional de redefinição de parâmetros democráticos que se iniciou com a votação, pelo Congresso Nacional, de um impeachment fora dos critérios legais estabelecidos. Um novo modelo de golpe de Estado.

Alinhadas a esse novo modelo, sucessivas medidas de abalo às garantias democráticas do Brasil foram tomadas. O sistemático desrespeito ao exercício do contraditório e da ampla defesa nas ações penais por juízes de primeira instância, acompanhado e referendado pelo Supremo Tribunal Federal, o desmonte de direitos e garantias votado pelo Congresso Nacional, o

desmantelamento de políticas públicas de diminuição de desigualdades estabelecido pelo Poder Executivo em todo o Brasil, e em diversos níveis, demonstram que há um movimento institucional, de nítido caráter neoliberal, que apontam para a revisão da ordem democrática brasileira por não terem o menor respaldo popular e nenhuma contraposição institucional.

Querem tratar a Constituição brasileira como “letra morta”. O sistema de direitos e garantias que aponta para um Estado de bem-estar social está em frontal questionamento, e a história dos movimentos de greve geral no Brasil deixa claro que chegou a hora de uma paralisação geral.

O conceito de greve geral é um conceito político

O direito de greve no Brasil é vinculado à organização sindical representativa, que é única e detém o monopólio dos processos de paralisação. É essencial destacar que esses aspectos ainda são considerados uma trava do pleno exercício democrático do direito de greve. Por outro lado, não há nenhuma restrição legal para a realização de uma greve que extrapole as relações de trabalho estritas de uma categoria específica de trabalhadores.

Isso porque cabe aos trabalhadores a definição dos interesses que devem ser defendidos por meio do direito de greve. Não há, portanto, nenhuma diferenciação legal com relação ao motivo da greve, ou a sua expansão. Dessa forma, obedecidos os parâmetros legais, a greve geral é um conceito político, que se consolidou na história do Brasil sempre em momentos de graves ameaças aos trabalhadores.

A greve geral de 1917 foi o primeiro movimento generalizado de paralisações que a história brasileira conheceu. Fundamental para a aprovação da CLT, diversos analistas apontam o caráter de forte mobilização, especialmente em São Paulo, dos trabalhadores urbanos, em defesa de direitos trabalhistas mínimos, como a proibição do trabalho de menores de 14 anos.

Esse movimento, de forte substrato anarcossindicalista, tinha também um ideário político muito claro, pois tratava, com igual grau de importância, a questão do abastecimento e dos aumentos dos preços dos alimentos, de direitos trabalhistas específicos (como o adicional de horas extras, a vedação do trabalho no-

turno para menores de 18 anos e o reajuste salarial), e de questões democráticas, como o pedido de libertação de grevistas presos.

Percebemos, portanto, que o sucesso dessa greve geral, cujos relatos apontam para uma severa paralisação das atividades em São Paulo e no Rio de Janeiro, passou pela transversalidade de temas e defesas, pois tratava de cidadania, de direitos dos trabalhadores e das condições de vida da população. Obviamente, seu espectro foi reduzido. O Brasil de 1917 era urbanizado em poucos centros, e a população rural ainda era a maior parcela da população brasileira. No entanto, o caráter geral dessa greve é inequívoco nos estudos até hoje divulgados.

Em 1953, o Brasil voltou a conviver com mobilizações grevistas de impacto. Esse movimento guardou duas características fundamentais: a reorganização dos movimentos sindicais após a diminuição dos duros processos de repressão sindical (especialmente no governo Dutra), e uma forte pressão social por aumento salarial e a questão do abastecimento de alimentos, ambas ligadas a uma forte inflação no período. O grande saldo desse processo foi a organização do movimento sindical que se reestruturou numa ação intersindical que uniu metalúrgicos, têxteis, gráficos, marceneiros e vidreiros, e o surgimento de novos quadros importantes para a história da esquerda brasileira, como Paul Singer e Carlos Marighella. Essa mobilização culminou com a chamada greve dos trezentos mil, de características de greve geral e que inflamou a classe trabalhadora até o retorno da repressão com o golpe de 1964.

Outro movimento de greves de elevada importância histórica são as greves do final da ditadura militar. Entre metalúrgicos, bancários, químicos, petroleiros, professores, e diversas categorias, as históricas greves do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 tinham como fundamento principal a conquista de direitos dos trabalhadores, mas também falavam em democracia, em combate à inflação, em direitos sindicais, e foram objeto de, talvez, a maior movimentação política da história dos trabalhadores no Brasil, que culminou, por exemplo, com a fundação da CUT e do PT.

Um grande símbolo das greves do final da ditadura militar foi a greve geral de 1983. Informações apontam para a adesão de dezenas de entidades sindicais

que uniram uma mobilização de mais de três milhões de trabalhadores, bastante vinculada a uma forte ameaça de retrocessos, sobretudo sob o ponto de vista de um projeto de lei que limitava a reposição da inflação sobre os salários em 80%. Essa greve geral se deu no contexto da criação da CUT, e é considerada a primeira após o golpe de 1964. Apesar da repressão extremamente violenta, com prisões, intervenções, cassações e afastamentos de sindicalistas, esse movimento culminou com a primeira negativa de um projeto de lei proposto pelo Executivo após o golpe militar. A redemocratização era uma realidade, e a luta da classe trabalhadora organizada aparecia como um elemento balizador do processo que estaria por vir.

Numa perspectiva histórica, é fundamental reafirmarmos que a CLT e a Constituição Federal foram conquistas dos trabalhadores organizados em movimentos de greve. A “paixão” pela perspectiva institucional acaba por excluir das análises a participação da população nos processos históricos brasileiros, e é isso que se evidencia no momento atual.

Um outro movimento de greve geral foi percebido em 1989, e culminou com expressiva paralisação das atividades em 14 e 15 de março daquele ano. Dessa vez, havia um nítido e expressivo caráter político nesse movimento, que pedia, centralmente, o “Fora Sarney”, a reforma agrária, a reposição e o reajuste de salários frente à inflação galopante, o contrato coletivo nacional de trabalho e a suspensão do pagamento da dívida externa. Todas essas medidas eram centralizadas na ideia do embate ao “Plano Verão”. Desse movimento, conseguimos perceber a consolidação de uma nova forma de organização dos trabalhadores que, reunidos substancialmente em torno da CUT, foram capazes de articular uma projeção programática e estruturante para a defesa dos direitos dos trabalhadores. Nesse caso, há uma nítida construção político-institucional na defesa dos trabalhadores.

A greve geral de 28 de abril de 2017

Os momentos históricos das greves gerais, seus protagonistas e suas pautas demonstram que não há um único jeito de contar essas histórias, e não há uma análise única que pode ser feita desses processos. Mas podemos dizer, com certa tranquilidade, que esses movimentos foram bem sucedidos no Brasil quando uniram alguns elementos fundamentais: (i) uma severa pressão política de resistência dos trabalhadores, especialmente sob questões sistêmicas (econômicas, políticas e sociais), (ii) uma alta demanda por avanço de direitos específicos dos trabalhadores, (iii) e uma alta instabilidade democrática proveniente das ações dos governos.

Nos parece que a atual conjuntura contempla esses elementos fundamentais em teoria, ao percebermos a pauta das convocações da greve geral de 28 de abril. Em linhas gerais, o embate se conforma na resistência à restrição de direitos proposta pelas Reformas Trabalhista e da Previdência e pela lei de terceirização e pelo restabelecimento da ordem democrática com o “fora Temer”.

Podemos perceber um nítido movimento de adesão de diversas centrais sindicais (UGT, Força Sindical, CSP Conlutas, Intersindical, CTB, CSB, entre outras) ao movimento de resistência às reformas, superando o espectro de atuação da CUT. Assim, podemos afirmar que há em curso uma possível organização sistêmica da classe trabalhadora, ao percebermos a quantidade de atos e assembleias realizadas no Brasil em preparação a esse movimento. Diversas categorias já decidiram pela paralisação no dia 28/04 e o número aumenta a cada dia.

O desafio que se coloca é, portanto, de irradiação desse movimento para as bases e para a percepção social das ameaças que se consolidam diariamente na conjuntura brasileira, que deverá ainda, ser objeto de muita luta e muita análise no próximo período.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Fátima Cleide (vice-presidenta), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P.F. Manzano (economistas); Kjeld Jacobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo; William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 18 de abril de 2017.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br